



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL**  
**CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO**  
**CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**

**MAICON ELITON PIAI DOS SANTOS**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM DUAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE**  
**CÂNDIDO DE ABREU (PR).**

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2020**

**MAICON ELITON PIAI DOS SANTOS**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM DUAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE  
CÂNDIDO DE ABREU (PR).**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul, como requisito parcial para obtenção de grau de licenciado em Educação no Campo – Curso Interdisciplinar: Ciências Sociais e Humanas.

Orientadora: Dra. Silvia Carla Conceição Massagli

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2020**

## Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Santos, Maicon Eliton Piai dos

A educação inclusiva em duas escolas do município de Cândia de Abreu (Pr) / Maicon Eliton Piai dos Santos.

-- 2020.

53 f.

Orientadora: Doutora Silvia Carla Conceição Massagli

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, Laranjeiras do Sul, PR, 2020.

1. I. Educação Inclusiva. II. Educação Especial. III. Projeto Político Pedagógico.. I. Massagli, Silvia Carla Conceição, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

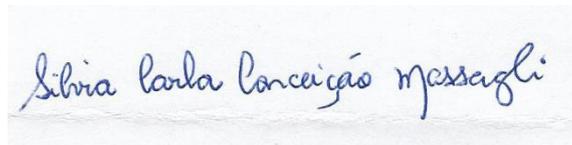
Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**MAICON ELITON PIAI DOS SANTOS**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM DUAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE  
CÂNDIDO DE ABREU (PR).**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado à Universidade Federal da Fronteira  
Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul, como  
requisito parcial para obtenção de grau de  
licenciado em Educação no Campo – Curso  
Interdisciplinar: Ciências Sociais e Humanas.

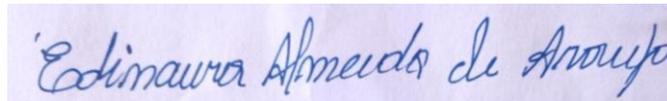
**BANCA EXAMINADORA**



**Profa. Dra. Silvia Carla Conceição Massagli**  
**UFFS – Laranjeiras do Sul (PR)**



**Profa. Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas**  
**UFCG – CFP – Cajazeiras (PB)**



---

**Professora Dra. Edinaura Almeida de Araújo**  
**UFCG – CFP – Cajazeiras (PB)**

**LARANJEIRAS DO SUL**  
**2020**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que permitiu chegar até aqui e esteve ao meu lado ao longo da minha vida e não somente nestes anos como universitário, mas em todos os momentos e que tem me fortalecido.

A minha professora. Dr. Silvia Carla Conceição Massagli pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho, acredito fielmente que sem ela não teria conseguido, minha gratidão a ela será eterna.

A Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) e seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a chance de construir conhecimentos e agradeço a todos os professores (as) pela dedicação tanto ao nível intelectual e científico, como nas manifestações de afetividade e compromisso pela educação de qualidade.

À minha família pelo amor, incentivo e apoio incondicional e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação. Há todos esses mencionados o meu muito obrigado.

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1:** Marcos legais relacionados tanto à educação inclusiva como ao conceito de educação de qualidade para todos.

**Quadro 2:** Número de turmas e alunos matriculados nas escolas: Ary Borba Carneiro e Dr. Cândido de Abreu.

**Quadro 3:** Tipologia das deficiências dos alunos das escolas Ary Borba Carneiro e Dr. Cândido de Abreu.

**Quadro 4:** Recursos humanos e materiais para o atendimento de alunos com deficiência nas Ary Borba Carneiro e Dr. Cândido de Abreu.

**Quadro 5:** Infraestrutura das escolas Ary Borba Carneiro e Dr. Cândido de Abreu para receber alunos com mobilidade reduzida.

**Quadro 6:** Alunos com Transtorno Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades (AH) das escolas Ary Borba Carneiro e Dr. Cândido de Abreu.

**Quadro 7:** Levantamento de categorias de palavras sobre Educação Inclusiva nos PPP das escolas Ary Borba Carneiro e Dr. Cândido de Abreu.

**Quadro 8:** Conteúdos estruturantes e básicos no PCC da Educação Inclusiva na perspectiva da Educação Especial no Curso de Formação de Docentes, por ano escolar no Ensino Médio: Escola Dr. Cândido de Abreu.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Mapa Conceitual a respeito da oferta, público-alvo e formas de atendimento aos alunos da Educação Especial do Estado do Paraná.

## LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

APAE - Associação de Pais e Filhos

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAEDV- Centro de Atendimento Especializado na Área de Deficiência Visual

CAEE - Centro de Atendimento Educacional Especializado

CAES - Centro de Atendimento Especializado

CAS/PR - Centro de Apoio ao Surdo e aos Profissionais da Educação de Surdos do Paraná

DEEIN - Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional

ECA - Estatuto da Criança e adolescente

EJA- Educação de Jovens e Adultos

EFMN - Ensino Fundamental, Médio e Normal

EFP - Ensino Fundamental e Profissional

FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

LEPED - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença

MEC – Ministério da Educação

NAAH/S- Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação

ONU - Organização das Nações Unidas

PAEE - Professor de Apoio Educacional Especializado

PNEE- Plano Nacional de Educação Especial

PPP - Projeto Político Pedagógico

PR - Paraná

PROINFO - Programa Nacional de Tecnologia Educacional

SEED - Secretaria de Educação do Estado do Paraná

SEMESP - Secretaria de Modalidades Especializadas em Educação

SRM – tipo I - Salas de Recursos Multifuncionais do Tipo I

SRM-S - Sala de Recursos Multifuncionais - Surdez

TEA – Transtorno Espectro Autista

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

## RESUMO

Este estudo trata da pesquisa referente ao Trabalho de Conclusão do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo - Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Laranjeiras do Sul/PR. Tem por finalidade trabalhar questões referentes à inclusão escolar e ao atendimento oferecido por duas escolas públicas no município de Candido de Abreu, procurando entender os conceitos que envolvem essa temática e as políticas públicas da educação inclusiva. O objetivo é analisar, a partir de estudo teórico-reflexivo, como as escolas tem vislumbrado a questão da Educação Inclusiva. Num primeiro momento iremos verificar nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dessas duas escolas a concepção adotada de Educação Inclusiva e num segundo momento fazer um levantamento do número de alunos incluídos, categorizando pelo tipo de deficiência e atendimento destinado a este público-alvo. Tal pesquisa se delineia como uma pesquisa reflexiva de caráter qualitativo e ao mesmo tempo documental. Os resultados apontam que embora os PPC das duas escolas atendem aos princípios da educação especial e inclusiva no que diz respeito a previsão e a consecução de um atendimento especializado e inclusivo aos alunos com necessidades especiais de aprendizagem, parece-nos que elas cumprem a questão da formalidade e legalidade da temática, de modo que às práticas vivenciadas em seu interior merece um maior aprofundamento. Podemos considerar, que o ensino inclusivo nos PCC das duas escolas estudadas tem a sua legalidade garantida, mas é necessário que as intenções apresentadas nos PCC se efetivem nas ações educativas.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Educação Especial. Projeto Político Pedagógico.

## **ABSTRACT**

This study deals with research related to the Conclusion Work of the Interdisciplinary Course in Rural Education - Social and Human Sciences at the Federal University of Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul / PR. It aims to work on issues related to school inclusion and the care offered by two public schools in the municipality of Candido de Abreu, seeking to understand the concepts surrounding this theme and the public policies of inclusive education. The objective is to analyze, from a theoretical-reflective study, how schools have glimpsed the issue of Inclusive Education. Firstly, we will check in the Pedagogical Political Projects (PPP) of these two schools for the adopted concept of Inclusive Education and in a second moment we will make a survey of the number of students included, categorizing by the type of disability and attendance for this target audience. Such research is outlined as a reflective research of qualitative and at the same time documentary nature. The results show that although the PPCs of the two schools meet the principles of special and inclusive education with regard to the provision and achievement of specialized and inclusive care for students with special learning needs, it seems to us that they fulfill the question of formality and legality of the theme, so that the practices experienced within it deserve further study. We can consider that the inclusive education in the PCCs of the two schools studied has its legality guaranteed, but it is necessary that the intentions presented in the PCCs become effective in educational actions.

**Keyword:** Inclusive Education. Special education. Pedagogical Political Project.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 Deficiência: um conceito em evolução .....	13
2.2 Contexto histórico da inclusão escolar de pessoas com deficiência: da educação especial à educação inclusiva. ....	15
2.3 Educação Especial, público-alvo e tipologia de atendimentos no Estado do Paraná. ....	21
2.4 Projetos Políticos Pedagógicos na Perspectiva da Educação Inclusiva .....	26
3 PANORAMA ESTATÍSTICO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU .....	29
3.1 Caracterização das escolas do município de Cândido de Abreu .....	30
3.2 Colégio Estadual Ary Borba Carneiro - Ensino Fundamental e Profissional (EFP) .....	31
3.3 Colégio Estadual Dr. Cândido de Abreu – Ensino Fundamental, Médio e Normal (EFMN) .....	32
4 METODOLOGIA.....	34
5 RESULTADOS e DISCUSSÃO .....	35
5.1 Caracterização das escolas estudadas.....	35
5.2 Características do tipo de deficiência dos alunos nas escolas Ary Borba Carneiro e Dr. Candido de Abreu, infraestrutura e recursos humanos. ....	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	48
7 REFERÊNCIAS.....	50

## 1 INTRODUÇÃO

Tratar do tema Educação Inclusiva não é algo fácil e não se resume em falar de alunos com deficiência compartilhando a mesma sala de aula com os ditos alunos “normais”, pensamos que este assunto seja mais complexo do que parece, e que traga consigo questões que mereçam ser analisadas mais a fundo nas escolas.

A oferta de educação de pessoas com deficiência mudou muito no decorrer do tempo. Foi no século XIX que esse assunto ganha corpo nas discussões e políticas públicas brasileiras com a criação em 1854, pelo decreto n. 1.428, de 12 de setembro do Instituto dos Meninos Cegos e em 1857 o Instituto dos Meninos Surdos-Mudos no Rio de Janeiro, mas excluía as deficiências físicas e intelectuais. No decorrer do século XX, surgem instituições com a Sociedade Pestalozzi do Brasil em 1926 e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em 1954. Foi só em 1988 que a Constituição Brasileira em seu artigo 208 que a educação ganha o caráter de inclusão. O artigo diz que as pessoas com deficiências devem ser incluídas preferencialmente na rede regular de ensino e 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação que se reafirma o parecer do artigo 208 sobre a inclusão das pessoas com deficiência da rede básica de ensino. Recentemente o Ministério de Educação (MEC), por meio da Secretaria de Modalidades Especializadas em Educação (SEMESP), lançou em 30 de setembro de 2020 o Plano Nacional de Educação Especial (PNEE) novas diretrizes para o atendimento da Educação Especial. Neste cenário surgem inúmeros desafios e inquietações para a sociedade e escola. Como as escolas tem enfrentado a questão da Educação Especial numa perspectiva da Educação Inclusiva? Qual é a diferença entre Educação Especial e Educação Inclusiva? O que de fato é uma Escola Inclusiva no Brasil? Quais são os desafios da Educação Inclusiva?

Considerando todas essas questões e a relevância do estudo, este trabalho tem como objetivo analisar, a partir de estudo teórico-reflexivo, como as escolas tem vislumbrado a questão da Educação Inclusiva. Neste caso, como duas escolas no Município de Cândido de Abreu (PR) tem tratado essa temática. Num primeiro momento iremos verificar nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dessas duas escolas à concepção adotada de Educação Inclusiva e num segundo momento fazer um levantamento do número de alunos incluídos nesta escola, categorizando pelo tipo de deficiência e atendimento destinado a este público-alvo.

Desta forma, temos como objetivos específicos: examinar e analisar no PPP de duas escolas de Cândido de Abreu como aparecem os conceitos referentes à Educação Inclusiva e verificar a amostra dos sujeitos pelas variáveis: número de incluídos e tipologia da deficiência e atendimento aos alunos com deficiência.

Nossas hipóteses, a educação inclusiva na perspectiva da educação especial nas referidas instituições, tendo em vista os seus Projetos Políticos Pedagógicos, são abordadas de forma superficial, sem aprofundamento no que diz respeito às práticas para a Educação Inclusiva, este fato pode ter ainda ressonâncias com às políticas para a Educação Especial, pois o Paraná foi o último estado da União a aderir às Políticas de Educação Inclusiva e manteve-se por muito tempo resistente em manter as instituições específicas de ensino especial, as chamadas Escolas Especiais.

Assim, o estudo está assim estruturado: 1 Introdução, 2 Referencial Teórico, 3 Panorama estatístico de matrículas da Educação Especial no Estado do Paraná e no Município de Cândido de Abreu, 4 Metodologia, 5 Resultados e Discussão, 6 Considerações Finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Deficiência: um conceito em evolução**

A abordagem da deficiência caminhou de um modelo médico, no qual a deficiência é entendida como uma limitação do indivíduo, para um modelo social e mais abrangente, que compreende a deficiência como resultado das limitações e estruturas do corpo, mas também da influência de fatores sociais e ambientais do meio no qual está inserida, que seria as barreiras.

A mudança conceitual da deficiência foi estabelecida pela Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, proclamada pela ONU em 2006, artigo 1º, conforme a citação a seguir.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interações com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

Fernandes (2013) aponta que é usual atribuir o rótulo da incapacidade para as pessoas com deficiência sem antes refletir sobre as barreiras físicas e algumas atitudes que colocam essas pessoas em desvantagens. A incapacidade diz respeito às restrições ou até mesmo a impossibilidade para se realizar alguma atividade por decorrência da deficiência, já o impedimento é causado pelas desvantagens que uma pessoa com deficiência enfrenta em razão de algumas barreiras encontradas em seu meio físico e social. Ou seja, o fato de possuir uma deficiência gera uma incapacidade real, mas não o impedimento de atividades cotidianas, pois a forma como a sociedade se relaciona com a deficiência afeta diretamente para a condição de vida desses sujeitos.

Antes mesmo de haver o debate sobre a inclusão, ou de surgir leis que garantissem os direitos as pessoas com deficiência, existiam apenas os critérios médicos, que definiam o enquadramento das pessoas com deficiência. Atualmente, os impedimentos físicos, mentais, intelectuais e sensoriais são tidos como inerentes à diversidade humana, de modo que a deficiência é resultado da interação destes impedimentos com as barreiras sociais, com a consequente dificuldade de inserção social do indivíduo. O fator médico é um dos elementos do conceito de deficiência (o impedimento), que em interação com as barreiras presentes na sociedade passa a gerar a obstrução ao pleno convívio social. Em outras palavras não é o sujeito de forma isolada que apresenta uma deficiência, mas também a própria sociedade e seu meio, assim, faz-

se necessária a atuação conjunta e articulada dos atores sociais, para a elaboração e criação de ferramentas e mecanismos que eliminem as barreiras<sup>1</sup> existentes para a inclusão dessas pessoas. Aponta-se, assim, para o necessário investimento em acessibilidade para uma maior igualdade e nossa sociedade para com as pessoas com deficiência. Outro fator importante para se debater a respeito da relação sociedade com deficiência é o uso dos termos. Utiliza-se o termo “pessoas com deficiência”, “portadores de deficiência” ou simplesmente “deficiente”.

Uma deficiência não é algo que se porta, ou seja, algo que pode ser retirado, ou colocado em uma pessoa a qualquer momento, este termo faz referência a algo que se "porta", como algo temporário, quando a deficiência, na maioria das vezes, é algo permanente.

O termo “deficiente” é um termo tratado de forma isolada que ressalta unicamente uma característica que compõem o indivíduo, diferente do termo “pessoa com deficiência” que ressalta a pessoa a frente de sua deficiência, valorizando-a independentemente de suas condições intelectuais, sensoriais ou físicas, portanto, as expressões "deficiente" ou "portador de necessidades especiais" tornaram-se inadequadas e não correspondem ao novo paradigma adotado pelo Estado Brasileiro ao ratificar a Convenção da ONU e, deste modo, foram substituídas acertadamente pela terminologia "pessoa com deficiência".

Mas ainda hoje é comum o termo “portador” como no caso dos “portadores de necessidades educacionais especiais” que antes de 1986 eram conhecidos como “alunos excepcionais” a troca de nomes nada significou para a interpretação dos quadros de deficiência e mesmo para o enquadramento dos alunos nas nossas escolas. O Ministério da Educação - MEC incluiu nesse grupo os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, os que têm problemas de conduta e os de altas habilidades, mas mesmo assim as pessoas mantêm uma relação direta e linear entre o fato de uma pessoa ser deficiente e frequentar o ensino especial (Carvalho, 1997).

Segundo Menezes (2013), necessidades educacionais são necessidades relacionadas aos alunos que apresentam elevada capacidade ou dificuldades de

---

<sup>1</sup> Uma limitação em razão das barreiras é a falta de oportunidade de realizar algo por causa do meio físico. Por exemplo, uma pessoa que não possui os membros inferiores e se move com a ajuda de uma cadeira de rodas, teria uma incapacidade para a prática de esportes, mas isso apenas se não houver uma adaptação nas atividades a serem realizadas e na estrutura física da escola.

aprendizagem. Esses alunos não são, necessariamente, portadores de deficiências, mas são aqueles que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas.

## **2.2 Contexto histórico da inclusão escolar de pessoas com deficiência: da educação especial à educação inclusiva.**

Falar de inclusão escolar é falar dos processos históricos que perpassam esta temática. A primeira metade do século XX foi essencial para a educação inclusiva, pois o conceito de deficiência ganha um novo olhar. Os movimentos sociais reivindicam mais igualdade entre todos os cidadãos em busca de superar a discriminação. A escola também começa a debater e trabalhar o conceito de educação e de inclusão, procurando também tratar da diversidade de seus alunos.

Este debate social veio para dentro das escolas, produzindo profundas reflexões sobre as necessidades educativas especiais dos alunos com deficiência na tentativa de adaptar estes sujeitos, isso faz com que o conceito de educação especial comece a ser repensado.

O conceito de deficiência, durante a primeira metade do século XX, trazia a justificativa de que as pessoas eram deficientes por causas fundamentalmente orgânicas. Esta concepção fez com que inúmeros trabalhos surgissem procurando resumir em categorias diferentes todos os possíveis transtornos que poderiam ser detectados. Ao longo dos anos esses transtornos foram mudando de categoria, porém mesmo com essas mudanças os alunos com deficiência permaneciam com pouca possibilidade de uma intervenção educativa.

De acordo com COLL, MARCHESSI e PALLACIOS (2007) esta visão tradicional trouxe duas consequências. Uma foi à necessidade de diagnosticar os transtornos generalizando-se os testes de inteligência no intuito de situar níveis de deficiência, ou seja, as pessoas eram separadas pelos seus níveis de transtornos o que ajudou a determinar os diferentes tipos de normalidade e deficiência mental, assim poderiam saber em qual escola o aluno deveria estudar. A segunda consequência foi o surgimento de escolas de educação especial com um tipo de ensino diferente das escolas regulares, professores especializados e recursos específicos.

Entre 1940 e 1950 surgiram mudanças fundamentais para a concepção de deficiência. Neste período o questionamento sobre as análises dos transtornos ampliou-se.

Ainda que continuem plenamente vigentes os dados quantitativos proporcionados pelos testes de inteligência para determinar os níveis de deficiência mental, já se levam em conta as influências sociais e culturais que podem determinar um funcionamento intelectual deficitário. Abre-se espaço à concepção de que a deficiência pode ser motivada por falta de estímulo adequado ou por processos de aprendizagem incorretos. Ao mesmo tempo, incluem-se os conceitos de adaptação social e de aprendizagem nas definições sobre o atraso intelectual, reforçando as possibilidades de intervenção. (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2007, p. 17)

A educação especial sofre diversas mudanças na década de sessenta e setenta e passa para uma abordagem mais ampla e aperfeiçoada sobre os assuntos referentes a escola e a inserção social, essas mudanças só foram possíveis graças ao desenvolvimento de temáticas que segundo (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2007), são: a) Uma nova concepção dos transtornos do desenvolvimento e da deficiência. A deficiência não é mais estudada como uma situação interna do aluno, mas agora ela também passa a ser considerada pelos fatores ambientais, como por exemplo, uma aluna cadeirante não conseguiria estudar em uma escola sem rampas, mas em uma escola que possibilitasse sua circulação, poderia estudar sem problemas algum. Também os déficits já não são apenas uma categoria com perfis clínicos estáveis, agora o sistema educacional também pode avaliá-los, procurando favorecer e desenvolver a aprendizagem de seus alunos; b) Uma perspectiva distinta dos processos de aprendizagem e das diferenças individuais. O processo de ensino se torna uma experiência compartilhada, não se supõe mais que os alunos com a mesma idade e a mesma deficiência terão as mesmas dificuldades de no processo de aprendizagem; c) A presença de um maior número de professores competentes. Os primeiros professores qualificados que trabalharam com a educação especial, possibilitaram melhores práticas de aprendizagem para as crianças que tinham algum tipo de dificuldade desse modo ampliam-se as experiências inovadoras nas escolas em relação aos alunos que manifestam sérios problemas em suas aprendizagens escolares; d) O abandono escolar.

Um número significativo de alunos abandona a escola antes de concluir a educação obrigatória ou não termina com êxito seus estudos básicos. O conceito de “fracasso escolar”, cujas causas, mesmo sendo pouco precisas, situam-se prioritariamente em fatores sociais, culturais e educativos, reformula as fronteiras entre a normalidade, o fracasso e a deficiência e, como consequência disso, entre alunos que frequentam uma escola regular e alunos que vão para uma escola de educação especial. (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2007, p. 19)

De acordo com o autor, a questão do abandono escolar se dá tanto para os alunos que frequentam a escola regular como na educação especial, e que o fracasso escolar é um fenômeno complexo a ser estudado; e) As experiências positivas de integração. A integração começa a ser praticado pelas escolas, o que aumenta a necessidade de uma maior gestão por parte da escola, gerando benefícios para todos seus alunos, e criando uma nova maneira de entender a deficiência.

Todos esses fatores e outros não citados contribuíram para uma transformação e compreensão de uma nova perspectiva educacional para o entendimento da deficiência, gerando um novo enfoque nas análises educativas especiais. Isto impulsionou a integração escolar gerando mudanças nos currículos, organização escolar, formação de professores e no processo de ensino dentro da sala de aula.

Como já dissemos foi na década de 1960/70 que o debate sobre a Educação Inclusiva ganhou força, sendo a diversidade um valor educativo primordial para a transformação da escola. O conceito de inclusão tem uma abrangência ampliada do que o conceito de integração escolar. Por sua abrangência ser maior, seus desafios também serão. Assim, de acordo com Fernandes (2013) a inclusão tem como meta criar um novo contexto educacional que seja capaz de ensinar todos os alunos com metodologias diferentes daquelas praticadas nas escolas como aulas somente expositivas, adoção de livros didáticos como única ferramenta, projetos de trabalho desvinculados das experiências e interesses dos alunos, avaliações classificatórias, organização do tempo escolar em série, entre outras. A inclusão necessita de outra estrutura educacional. Ela desafia a escola a mudar suas práticas pedagógicas.

O movimento pela inclusão busca ampliar a ação da escola em relação ao processo de ensino e aprendizagem e seus desdobramentos, contemplando as necessidades educacionais especiais de todos os alunos, independentemente de suas singularidades. Assim, temas como gestão participativa da escola, formação inicial e continuada, diversidade e educação, necessidades educacionais, entre outros, passam a integrar as agendas governamentais e a direcionar o debate acerca da inclusão. (FERNANDES, 2013, p.81).

A inclusão traz um novo significado sobre os participantes do contexto educacional. Recursos e serviços sejam eles humanos ou materiais são postos à serviço da educação, a fim de proporcionar melhores ações educativas no processo de aprendizagem dos alunos, tornando a educação mais igualitária. Os princípios da Educação Inclusiva encontram-se respaldados legalmente por diversos países. A ONU

(Organização das Nações Unidas) em 13 de dezembro de 2006, adotou o texto da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. No Artigo 24, a Convenção trata do “direito à educação”. Mas anterior a Convenção da ONU, há outros documentos de grande importância entre o período de 1990 a 2000. Em ordem cronológica, temos em 1990 a Declaração de Jomtien e em 1995 a Declaração de Salamanca.

A Declaração de Jomtien foi proclamada na conferência mundial de educação para todos na Tailândia. A educação é reafirmada como um direito de todos e para todos. Ganham destaque valores como tolerância e cooperação. O Brasil sendo signatário do documento está comprometido com sua causa respaldado pela lei 10.172 de 9 de Janeiro de 2001.

Já a Declaração de Salamanca foi criada na conferência mundial de necessidades educativas especiais na Espanha, tendo como objetivo a atenção educacional para alunos com necessidades educacionais especiais. Os participantes de noventa e dois governos e vinte e cinco organizações não governamentais pactuaram pela união de esforços de uma escola única para todos independente de suas diferenças.

Se considerarmos as reflexões realizadas até então, consideramos que o debate sobre inclusão não se trata apenas de uma concepção, mas de uma prática social voltada aos direitos de todas as pessoas, e esses mesmos direitos estão respaldados por leis<sup>2</sup>.

No Brasil a legislação que garante o direito das pessoas com algum tipo de deficiência será apresentada a seguir no quadro 1.

**Quadro 1: Marcos legais relacionados tanto à educação inclusiva como ao conceito de educação de qualidade para todos.**

<b>Legislação</b>	<b>Para quem?</b>	<b>Qual cenário?</b>	<b>Onde é aplicada?</b>
Constituição federal (1988)	Pessoas com necessidades especiais	Educação Especial	Classes comuns de ensino regular, como em instituições especializadas e em turma /classe especial de uma unidade escolar.

<sup>2</sup> **Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. **Art. 208.** O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino nas salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Convenção internacional sobre os direitos da criança (1989)	Sistema de proteção para criança sujeito de direito e reconhecimento de crianças com deficiência.	Educação Inclusiva	Rede Regular de Ensino
Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)	Pessoas portadores de deficiência	Educação Especial	Atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino.
Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (1996)	Educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação	Educação Especial como modalidade de educação escolar	Ensino regular em escolas de atendimento especializados.
Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001)	Alunos com deficiências e/ou com alguma necessidade educacional especial, tais como cegueira, surdez, deficiência intelectual, deficiência físico-motora, transtorno global do desenvolvimento e do comportamento, superdotação e altas habilidades.	Educação Inclusiva	Inserção nos sistemas de ensino os alunos com deficiências preferencialmente nas classes comuns.
Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2006)	Total proteção das pessoas com deficiência.	Educação Inclusiva	Garantir que a adaptação razoável no Ensino Regular.
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007)	Incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência.	Educação Inclusiva	Ensino Regular
Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação	Educação Inclusiva	Ensino Regular
Resolução nº 4 que	Alunos com	Educação Especial	Salas de AEE na Educação

institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (2009)	deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/super dotação		Básica Ensino Regular
Plano Nacional de Educação (2014)	Universalizar o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	Educação Especial	Preferencialmente na rede regular de ensino.
Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015)	Pessoa com deficiência	Oferta de professores para o atendimento educacional especializado	Oferta regular de educador especial à criança com deficiência em todo o sistema educacional
Plano Nacional de Educação Especial (PNEE) – 2020	Flexibilizar aos sistema de ensino a oferta a pessoas com deficiência.	Educação Inclusiva?	Classes e escolas inclusivas, classes e escolas especiais, classes e escolas bilíngues de surdos.

Este quadro ilustra resumidamente algumas das principais leis voltadas para pessoas com deficiência na rede de educação no Brasil, apresentando quatro grandes marcos legais importantes para educação inclusiva. Podemos perceber que no que se refere a coluna “onde é aplicada” na Constituição de 1988, a oferta da Educação Especial se dá em três níveis: Classes comuns de ensino regular, como em instituições especializadas e em turma /classe especial de uma unidade escolar. Ainda não aparece o termo “preferencialmente na rede regular de ensino”. E no ECA/1990, o termo portadores de deficiência é usado como sinônimo de pessoas com deficiência. Sabemos que o termo portadores de deficiência é inadequado, porque pessoas não portam a deficiência, mas sim, possuem a deficiência, assim como as pessoas não portam olhos verdes, mas os possuem.

Mas ao fazer uma reflexão mais geral, tendo os marcos legais que estão relacionados a educação inclusiva e sua efetivação, podemos afirmar que há um esforço para que os sistemas educacionais não podem deixar ninguém de fora. Além disso para que seja possível falar de verdadeiramente de uma Educação Inclusiva, a Educação Especial tem que ser organizada nas escolas de forma colaborativa e transversal. Portanto a Educação Especial é uma modalidade de ensino que agrega valor que

perpassa por todo o processo educativo, desde o planejamento até a concretização do Projeto Político Pedagógico. E por fim a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é um avanço na compreensão de educação como direito de todos e não se resume a ações relativas à modalidade de educação especial.

Em relação a nova Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE 2020), ainda há uma grande polêmica entre os estudiosos da área e tem recebido críticas por parte de diversas entidades que lutam pelos direitos das pessoas com deficiência. De acordo com a pesquisadora Meire Cavalcante, da Faculdade de Educação e do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (LEPED), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)<sup>3</sup> a PNEE de 2020 pode abrir margem para que as escolas regulares adotem uma postura discriminatória, pois dão margem para a volta das Escolas Especiais.

### **2.3 Educação Especial, público-alvo e tipologia de atendimentos no Estado do Paraná**

Neste capítulo entendemos ser importante demonstrar como o Estado do Paraná tem caracterizado o público-alvo da Educação Especial, bem como a tipologia de atendimentos destinados a esta população.

Antes disso, fazendo um adendo, ao consultarmos o último Censo Escolar Federal, denominado “Glossário da Educação Especial Censo Escolar 2019”<sup>4</sup>, notamos que desde a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008, vem-se adotando Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica e define-se como público-alvo da Educação Especial: alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação, todavia no “Glossário da Educação Especial Censo Escolar 2019”, os transtornos globais de desenvolvimento foram reduzidos apenas para o transtorno espectro autista (TEA), o que nos causa estranheza e inquietações.

Voltando ao Estado do Paraná, a Secretaria de Educação do Paraná, disponibiliza em seu site um link<sup>5</sup> que trata sobre as modalidades de educação e publica

<sup>3</sup> Site do LEPED - <https://www.leped.fe.unicamp.br/> acesso em 10 de outubro de 2020.

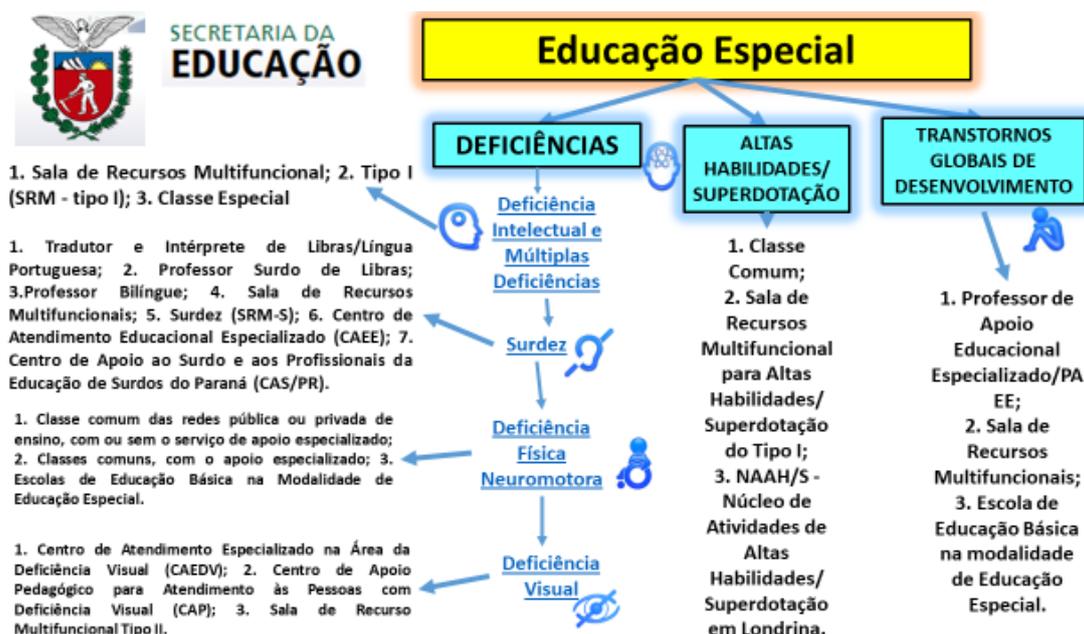
<sup>4</sup> Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/educacenso/situacao\\_aluno/documentos/2019/glossario\\_da\\_educacao\\_especial\\_censo\\_escolar\\_2019.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2019/glossario_da_educacao_especial_censo_escolar_2019.pdf). Acesso 24 de julho de 2020.

<sup>5</sup> <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>

várias informações sobre a Educação Especial. Consideramos importante demonstrar o cenário que contemple a definição de Educação Especial, dentro do público-alvo apresentarmos a definição e por fim as formas de atendimento oferecido pelo Estado.

No mapa conceitual, Figura 1 a seguir, faremos este delineamento para melhor compreensão.

**Figura 1: Mapa Conceitual a respeito da oferta, público-alvo e formas de atendimento aos alunos da Educação Especial do Estado do Paraná.**



De acordo com o mapa conceitual e a partir das informações do site da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED), a Educação Especial é uma modalidade transversal da Educação Básica e abrange todos os níveis e etapas do Ensino. Sendo seu público-alvo destinado a alunos com: deficiências (intelectual e múltiplas deficiências, surdez, deficiência física-neuromotora e visual), altas habilidades/superdotação e transtornos globais de desenvolvimento.

Quanto a deficiência intelectual, de acordo com a SEED (2020):

Pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva costumam apresentar dificuldades para resolver problemas, compreender ideias abstratas, estabelecer relações sociais, compreender e obedecer a regras, e realizar atividades cotidianas - como, por exemplo, as ações de autocuidado. A capacidade de argumentação desses alunos também pode ser afetada e precisa ser devidamente estimulada para facilitar o processo de inclusão e fazer com que a pessoa adquira independência em suas relações com o mundo (s/pag.).

No que tange às deficiências múltiplas, neste mesmo documento, temos:

As pessoas portadoras de deficiência múltipla são aquelas afetadas em duas ou mais áreas, caracterizando uma associação entre diferentes deficiências, com possibilidades bastante amplas de combinações. Um exemplo seriam as pessoas que têm deficiência mental e física (s/pág.).

Nota-se que ainda se emprega o termo pessoas portadoras de deficiências e não pessoas com deficiências.

As formas de atendimento destas as pessoas com deficiências acima descritas pela SEED, são as 1. As Salas de Recursos Multifuncionais do Tipo I (SRM - tipo I) é um serviço de apoio complementar especializado para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino e o tipo SRM I se efetiva a partir da avaliação psicoeducacional no contexto escolar e é realizada pelo professor e/ou pedagogo da escola. 2. As Classes Especiais: são salas de aula em escolas do ensino comum.

Em relação a surdez, verificamos que “ A surdez é categorizada em níveis do ligeiro ao profundo. Os tipos de surdez varoa quanto ao grau de perda auditiva”. (s/pág.)

Quanto a forma de atendimento a pessoa surda, a SEED, elena uma série de possibilidades de intervenções, contando com instituições (Instituições Bilíngues para Surdos), serviço de apoio (Centro de Apoio ao Surdo e aos Profissionais da Educação de Surdos do Paraná - CAS/PR<sup>6</sup>), profissionais (Tradutor e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa, Professor Surdo de Libras, Professor Bilíngue) e atendimentos educacionais especializados (Sala de Recursos Multifuncionais - Surdez (SRM-S<sup>7</sup>) e Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAEE<sup>8</sup>).

Ainda em se tratando das deficiências e ao tratamento destinado a pessoas com deficiências o SEED traz em seu site, como demonstra a figura 1, a definição de deficiência física e neuromotora:

O termo neuromotora reporta-se às deficiências ocasionadas por lesões nos centros e vias nervosas que comandam os músculos. Podem ser causadas por infecções ou por lesões ocorridas em qualquer fase da vida da pessoa ou por uma degeneração neuromusculares cujas manifestações exteriores consistem em fraqueza muscular, paralisia ou falta de coordenação (s/pág).

<sup>6</sup> CAS-LESTE (Curitiba); CAS-NORTE (Apucarana); CAS-NOROESTE (Umuarama); CAS-OESTE (Cascavel); CAS-SUDOESTE (Francisco Beltrão); CAS-CENTRO OESTE (Guarapuava).

<sup>7</sup> SRM-S é um atendimento educacional especializado (AEE), de natureza pedagógica que complementa a escolarização curricular dos estudantes surdos. Neste espaço, atuam o professor bilíngue preferencialmente e o professor surdo.

<sup>8</sup> CAEE é uma instituição que oferta apoio educacional complementar aos estudantes da educação especial, matriculados nas classes comuns de educação básica, não substitutivo à escolarização.

Os alunos com deficiência física-neuromotoras são atendidos no ensino regular em classe comum das redes pública ou privada de ensino, com ou sem o serviço de apoio especializado, nas classes comuns, com o apoio especializado ou em Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial.

Finalizando a questão das deficiências, a Figura 1, apresenta a deficiência visual, que de acordo com SEED:

Deficiência visual caracteriza-se pela limitação ou perda das funções básicas do olho e do sistema visual. O deficiente visual pode ser a pessoa cega ou com baixa visão. O principal objetivo da área da deficiência visual, na SEED, é garantir a permanência do aluno cego ou com baixa visão à educação básica com os apoios e recursos necessários para que tenha acesso ao currículo, com igualdade aos demais alunos (s/pág).

Quanto ao atendimento aos alunos com deficiência visual, a SEED dispõe de atendimentos especializados complementares na área visual. Os Centros de Atendimento Especializado na Área da Deficiência Visual (CAEDVs) funcionam na rede pública de ensino ou em instituições particulares conveniadas, oferecendo instrumentação metodológica e acompanhamento educacional com professores especializados. O Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP) que visa garantir a inclusão da pessoa com deficiência visual no sistema regular de ensino, bem como promover o pleno desenvolvimento e a integração desses alunos em seu grupo social. O Estado do Paraná conta com cinco unidades de CAPs assim distribuídos: Cascavel, Curitiba, Francisco Beltrão, Londrina e Maringá. E por fim as Sala de Recurso Multifuncional Tipo II que funcionam em escolas da rede pública estadual de ensino e têm como objetivo oferecer apoio complementar especializado visando complementar e suplementar a escolarização de alunos público-alvo da educação especial que apresentam deficiência visual.

Após a apresentação das deficiências, como na Figura 1, estaremos tratando da categoria de Altas Habilidades/Superdotação como aparece no SEED. O SEED descreve os alunos Altas Habilidades/Superdotação como pessoas que demonstram potencial elevado em uma ou mais áreas (intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes), além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

As formas de atendimento educacional no ensino regular para esta categoria da Educação Especial (Altas Habilidades/Superdotação), de acordo com a Figura 1, baseado no SEED, os alunos podem ser matriculados em Classe Comum, Sala de Recursos Multifuncional para Altas Habilidades/Superdotação do Tipo I, trata-se de um espaço organizado com materiais didático-pedagógicos, equipamentos e profissional(is) especializado(s), e Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação em Londrina (NAAH/S), que é um serviço de apoio especializado, realizado em parceria entre a Secretaria de Educação Especial do MEC e a Secretaria de Estado da Educação/Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional, destinado a oferecer suporte aos sistemas de ensino no atendimento às necessidades educacionais especiais, visando implementar as políticas públicas de inclusão.

E por fim, a Figura 1, apresenta na Educação Especial, conforme o SEED, a categoria de Transtorno Globais de Desenvolvimento. Nessa categoria, em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Especial (2008), estão incluídos os estudantes com diagnóstico médico de Autismo, Síndrome do Espectro Autista (Asperger), Transtorno desintegrativo da infância (psicose) e Transtorno invasivo sem outra especificação.

No que tange ao atendimento educacional no ensino regular de pessoas dentro da categoria citada no parágrafo anterior, verificamos que os estudantes primeiro são encaminhados para estes atendimentos somente após Estudo de Caso, onde a sistematização e registro do caso precisa ter uma organização didática da coleta de dados: observação sistemática, entrevistas com o estudante e seus professores, análise de documentos (pareceres médicos, laudo médico psiquiátrico ou neurológico, relatórios de outras instituições escolares) objetivando a identificação das necessidades educacionais no contexto escolar. Após o diagnóstico são oferecidos os seguintes atendimentos: O Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE), trata-se de um professor especializado que atua no contexto escolar no turno de matrícula do estudante, como apoio na mediação do processo ensino e aprendizagem. A Sala de Recursos Multifuncionais, que é Atendimento Educacional Especializado de apoio complementar, que funciona em período contrário àquele em que o estudante está matriculado. E a Escola de Educação Básica na modalidade de Educação Especial, que é um serviço especializado, que oferta escolarização aos estudantes com deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e múltiplas deficiências que apresentam significativo comprometimento. Estas Escolas dispõem de uma organização

diferenciada para atender adequadamente às particularidades de seus estudantes e possibilitar oportunidades efetivas de aprendizagem.

#### **2.4 Projetos Políticos Pedagógicos na Perspectiva da Educação Inclusiva**

Dentre os documentos oficiais de uma escola o Projeto Político Pedagógico pode ser considerado o mais importante. Todas as escolas devem elaborar o seu PPP de acordo com suas concepções de educação e meios para que os objetivos propostos sejam alcançados, servindo de guia para as ações nas instituições de ensino.

De acordo com a LDB/1996 a elaboração do PPP deve envolver a equipe pedagógica e toda a comunidade escolar. Seu próprio nome nos dá a noção dos seus propósitos. Projetos são conjuntos de ações a serem realizadas em um determinado período do tempo. Político implica na ideia que nossas ações não neutras e que sempre há uma intencionalidade quanto aos sujeitos que queremos formar e com quais valores. Pedagógico pois os projetos estão voltados para as atividades educacionais que vão dar corpo as intencionalidades.

O PPP é um documento público e deve ser construído de acordo com as especificidades de cada escola. A cada ano deve ser atualizado, portanto tem um caráter flexível para que possa ser adaptado as necessidades dos alunos e auxiliar as escolas na tomada de decisões. Saviani (2003), Gadotti (2006) e Medel (2008) destacam que os princípios norteadores do PPP devem considerar o processo educativo em conjunto dentro de uma visão democrática como ponto de partida e ponto de chegada. Estes são os princípios da Gestão Democrática. Desta forma, podemos dizer que o Projeto Político Pedagógico é a materialização do currículo que irá impactar o que será trabalhado no cotidiano da escola.

Ao considerarmos o objeto de estudo desta pesquisa, percebe-se que as ideias de inclusão educacional vem apontando há mais de uma década, desde a Constituição de 1988, a garantia de uma maior equidade nas escolas e de uma sociedade mais justa e inclusiva. O direito à Educação é um direito que deve ser assegurado para todos, como direito a aprender e desenvolver como pessoa em sociedade. Para isso, a escola deve assegurar que em seus PPP contemple políticas que viabilizem tais direitos, considerando a escola como espaço fundamental para a transmissão de cultura, socialização e conhecimento.

Toda escola deve contemplar em seu PPP ações educativas inclusivas, previstas nos documentos oficiais, mas, em especial nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), como uma modalidade de educação escolar, a educação especial na perspectiva da inclusão deve perpassar todas as etapas e níveis de ensino. Orientam que a inserção nos sistemas de ensino desses alunos se dê preferencialmente nas classes comuns. As diretrizes preveem ainda a regulamentação dos direitos de acesso e permanência dos estudantes com deficiências e/ou com alguma necessidade educacional especial, tais como cegueira, surdez, deficiência intelectual, deficiência físico-motora, transtorno global do desenvolvimento e do comportamento, superdotação e altas habilidades.

Para as práticas de inclusão escolar, levando-se em conta a Educação Especial, é necessário uma série de ações integradas, previstas em Lei, como foi demonstrado no “Quadro 1: Marcos legais relacionados tanto à educação inclusiva como ao conceito de educação de qualidade para todos” deste trabalho. Estas políticas vão desde a implantação de salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) até a contratação de profissionais no caso de deficiência auditiva (Tradutor e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa, Professor Surdo de Libras, Professor Bilíngue).

De acordo com Silva (2012), ações integradas são necessárias para promoção da Educação Inclusiva na perspectiva da Educação Especial. Parceria entre professores da sala comum e da educação especial, ensino colaborativo, atendimento individualizado conforme cada necessidade específica, parceria entre os professores e outros profissionais da equipe pedagógica e parceria entre as famílias. Todas essas ações requerem mudanças significativas na estrutura e no planejamento das instituições, como também na formação de professores e nas relações família-escola.

Mais recentemente em 2017, é lançada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que compõe a política curricular nacional, no sentido de estabelecer a necessidade de cada ente federado elaborar ou reelaborar seus currículos, e a partir disso, que cada instituição escolar possa elaborar seu Projeto Político Pedagógico ou sua Proposta Pedagógica, no sentido de considerar as necessidades, os interesses e as potencialidade de cada estudante. É importante relatar que a BNCC faz referência a educação a pessoas com deficiência, apenas uma vez, em sua introdução, ao mencionar a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que se caracteriza no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é focada no desenvolvimento de habilidades e competências e tem como objetivo garantir uma aprendizagem comum, o que pode gerar uma oportunidade de inserir e/ou expandir a inclusão no ambiente escolar. A aluno da Educação Básica deve ter garantido seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento presentes em dez competências gerais, a saber: 1. Conhecimento; 2. Pensamento Científico, Crítico e Criativo; 3. Repertório Cultural; 4. Comunicação; 5. Cultura Digital; 6. Trabalho e Projeto de Vida; 7. Argumentação; 8. Autoconhecimento e Autocuidado; 9. Empatia e Cooperação e 10. Responsabilidade e Cidadania.

A BNCC prevê também o uso de tecnologias ao longo da Educação Básica, o que pode beneficiar o aprendizado dos estudantes por meio da utilização das tecnologias assistivas<sup>9</sup>. E ainda menciona o caráter de transversalidade da Educação Especial. Por fim, a BNCC tem a pretensão de assegurar um atendimento adequado aos estudantes público alvo da Educação Especial, independente da faixa geracional, por meio exclusivo da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Desta maneira, todas as escolas devem incorporar em seus PPP às políticas educacionais propostas pela BNCC/2017.

E agora no 2º semestre de 2020 o Ministério de Educação (MEC), por meio da Secretaria de Modalidades Especializadas em Educação (SEMESP), lançou em 30 de setembro de 2020 o Plano Nacional de Educação Especial (PNEE) novas diretrizes para o atendimento da Educação Especial. Esta lei permite e afirma que alunos com deficiências sejam matriculados em salas ou escolas da Educação Especial, rompendo com as políticas de Educação Inclusiva.

---

<sup>9</sup> Termo utilizado para identificar Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência.

### **3 PANORAMA ESTATÍSTICO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU**

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Básica<sup>10</sup>, publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 31 de janeiro de 2020, temos um panorama das matrículas da Educação Especial no Brasil, dividido por, região, estado e município, tanto em salas comuns como em salas exclusivas<sup>11</sup>.

Desta forma, segundo o documento acima citado, o Brasil em 2019, contava com 1.250.967 alunos matriculados na Educação Especial, sendo que 1.090.805 em salas comuns e 160.162 em salas exclusivas.

Na região temos um total de 232.504 alunos matriculados na Educação Especial, no qual 175.581 são alunos pertencentes as salas comuns e 56.923 alunos são das salas exclusivas.

No que se refere ao Estado do Paraná, de acordo temos um total de 100.262 alunos matriculados na Educação Especial, em que 57.713 são alunos matriculados em salas comuns e 42.549 alunos em salas exclusivas.

E finalmente no Município de Cândido de Abreu, dispomos de um total de 224 alunos matriculados na Educação Especial, nos quais 73 são alunos matriculados em salas comuns e 151 em salas exclusivas.

O estado do Paraná desde a homologação da Lei de “Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” de 2008 vem apresentando resistências em apoiar iniciativas de uma Educação Inclusiva como garantia que os alunos com deficiência frequentem o mesmo espaço escolar. Em um período de conflito e muitas negociações, as entidades filantrópicas do Paraná buscaram apoio político na defesa da permanência das escolas especiais junto ao Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (DEEIN). É interessante destacar que já no Censo de 2008, vemos que o estado do Paraná é o único estado da federação que sofreu uma diminuição do número de matrículas de alunos especiais em salas comuns, queda de 33,5% de 2007 para 2008. Como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estabelece que a Educação Especial deve ser oferecida “preferencialmente na rede regular de ensino”, o Paraná em 2010 ganha os repasses do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

---

<sup>10</sup> <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>

<sup>11</sup> Dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2019.

(FUNDEB). Os convênios firmados com o governo do Paraná com as entidades filantrópicas são renovados e prorrogados pelo prazo de três anos e com tom de permanência para os anos recorrentes.

Em 2016, a Deliberação N° 02/2016 que dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, em seu Art. 9° diz que:

Fica assegurada ao estudante com deficiência e à sua família ou responsáveis, a opção por instituição de ensino da rede regular ou instituição de Educação Especial, observada a identificação das necessidades educacionais realizada em conformidade com Art. 7° desta Deliberação (p. 6).

Com a Deliberação n.º 03/18 que instituem o Referencial Curricular do Paraná quanto aos princípios, direitos e orientações, com fundamento na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica<sup>12</sup>, no que se a Educação Especial, mantem-se as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná da Deliberação de N° 02/2016.

### **3.1 Caracterização das escolas do município de Cândido de Abreu**

Cândido de Abreu é um município na região central do estado do Paraná, e está a 295 Km da Capital (Curitiba). Sua população estimada em 2019 é de 15.018 habitantes, com predomínio da população rural (75%) e população urbana (25%). O município possui duas reservas indígenas: a Reserva Faxinal e a Reserva Lote do Vitorino dos Caigangues, ambas demarcadas. Sua economia é baseada na agropecuária, em pequenas propriedades, e com significativa participação na produção de bovinos e suínos<sup>13</sup>.

Em termos Educacionais, o município pertence ao Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã. Este Núcleo Regional de Educação atende 14 (quatorze) municípios: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Cândido de Abreu, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

O Município conta com cinco escolas estaduais, com 96 turmas de alunos, perfazendo um total de 1802 de matrículas<sup>14</sup>. Destas 5 escolas estaduais, 2 são da zona

<sup>12</sup> Disponível em: [http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2018/deliberacao\\_03\\_18.pdf](http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2018/deliberacao_03_18.pdf)

<sup>13</sup> Dados do [ibge.gov.br](http://ibge.gov.br). Consultado em 28 de agosto de 2019.

<sup>14</sup> Portal da Secretaria da Educação do Paraná – [www.consultaescolas.pr.gov.br](http://www.consultaescolas.pr.gov.br) – Acesso em 11 junho de 2020.

urbana, 2 são escolas do campo e 1 é indígena. Em se tratando das escolas municipais, temos 38 escolas municipais, no qual 35 são localizadas na zona rural e 3 na zona urbana<sup>15</sup>.

Portanto temos basicamente um atendimento na rede escolar básica pública o predomínio de escolas rurais. O que demonstra a grande preocupação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) do campus de Laranjeiras do Sul em ofertar o curso de Educação do Campo.

Serão apresentadas a seguir as duas escolas estaduais deste estudo: Colégio Estadual Ary Borba Carneiro - Ensino Fundamental e Profissional (EFP) e o Colégio Estadual Dr. Cândido de Abreu – Ensino Fundamental, Médio e Normal (EFMN).

### **3.2 Colégio Estadual Ary Borba Carneiro - Ensino Fundamental e Profissional (EFP)**

A escola está situada na zona urbana, mas 60% de seus alunos são moradores da zona rural (provenientes de pequenas propriedades rurais, área indígena e assentamentos), que são transportados por ônibus da Prefeitura Municipal, em alguns casos, a uma distância de 70 km da sede.

Sua sede foi inaugurada em outubro de 1978 e sua estrutura contava com um bloco de seis salas de aula, cozinha, cozinha, almoxarifado, secretaria e sanitários. Hoje a escola possui quatro blocos, um administrativo, composto de secretaria, sala de direção, sala de professores, uma biblioteca e dois banheiros. Nos outros blocos dezesseis salas de aula, laboratório de ciências, depósito de merendas, almoxarifado, despensa, cozinha, cantina, sanitários feminino e masculino, pátio coberto e duas quadras de esportes, sendo uma coberta.

A escola começou com duas turmas e funcionou por mais de uma década, oscilando de quatro a seis turmas, tendo seu pique máximo no ano de 1998 com 1407 alunos e trinta e seis turmas. Atualmente a escola possui 35 turmas e 808<sup>16</sup> alunos. Contando com Salas de Apoio de Língua Portuguesa e Matemática, Sala de Recursos e CAES (Centro de Atendimento Especializado).

---

<sup>15</sup> Os dados sobre o número de matrículas estão disponibilizados nem no portal Paraná e no portal do Município.

<sup>16</sup> Idem informações da nota de rodapé número 5.

A escola também presta atendimento aos alunos na área da saúde, encaminhando a tratamento médico, odontológico e psicológico de emergência e preventivo. Eles recebem tratamento gratuito no Posto de Saúde e Hospital Municipal.

### **3.3 Colégio Estadual Dr. Cândido de Abreu – Ensino Fundamental, Médio e Normal (EFMN)**

O Colégio Estadual Dr. Cândido de Abreu de Ensino Fundamental, Médio e Normal, está localizado na zona urbana do município. Atende a 29 turmas, com um total de 567 alunos matriculados<sup>17</sup>.

Oferta o Ensino Médio Regular, nas modalidades Profissional e Educação de Jovens e Adultos, nos turnos diurno e noturno. O Ensino Médio Regular tem duração mínima de três anos, com carga horária total de 3.000 horas, ofertado nos períodos, matutino, vespertino e noturno. O Curso de Formação de Docentes para Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental na forma integrada é ofertado nos períodos matutino e noturno, com duração mínima de quatro anos, com carga horária total de 4.800 horas. Em relação ao Ensino Fundamental Fase II, séries finais na modalidade educação de jovens e adultos (EJA) é ofertado no período noturno.

Esta Instituição de Ensino é a única localizada na zona urbana do município a ofertar o Ensino Médio Regular, o Curso de Formação de Docentes e Ensino Fundamental Fase II e Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, atende a todos os estudantes jovens e adultos das regiões: sul, leste, oeste e central do município, inclusive estudantes indígenas Kaingang residentes na Terra Indígena Faxinal.

O município tem geografia muito acidentada, muitas serras e é muito extenso o que dificulta a locomoção da maioria dos estudantes, cerca de 60% dos estudantes residem na zona rural e dependem do transporte escolar. A comunidade escolar, a qual prove o sustento da família do estudante na sua maioria não tem salário fixo, muitas famílias têm trabalho apenas temporário, dependem financeiramente de programas públicos do governo para melhorar sua forma de vida, ou como única fonte de renda. A maior parte das famílias residem na zona rural do município trabalham na lavoura, na pecuária, tendo dificuldades básicas de subsistência. Esta realidade faz com que os estudantes passem a auxiliar a família no seu sustento, através do trabalho familiar em

---

<sup>17</sup> Idem fonte da nota de rodapé 5.

pequenas propriedades rurais, em olarias da região, como diaristas em propriedades de terceiros, quando da época do plantio ou da colheita; a minoria destes estudantes tem acesso às novas tecnologias, dentre elas a internet.

A estrutura física está atualmente assim distribuída: 01 laboratório de informática (Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO); biblioteca; auditório com capacidade para oitenta pessoas; possui 10 salas de aula e 01 sala pedagógica, 12 instalações sanitárias (estudantes, professores, e funcionários), sendo 02 deles adaptados para cadeirante, 01 laboratório de Química, Física e Biologia, 01 laboratório de Informática Programa Paraná Digital; 01 secretaria, 01 sala para direção, 01 sala para professores, 01 sala para Equipe Pedagógica, 01 sala para o profissional responsável pela documentação escolar, cozinha, almoxarifado para merenda, almoxarifado para equipamentos em desuso; refeitório, saguão e quadra de esportes (cobertos).

Em relação aos espaços pedagógicos destacamos: as salas da aula, o laboratório de Física, Química e Biologia, os laboratórios de informática com acesso à internet, a biblioteca, o auditório, quadra de esportes; além da sala pedagógica utilizada para a prática de formação do Curso de Formação de Docentes e as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

## 4 METODOLOGIA

Considerando como objeto da pesquisa a questão da Educação Inclusiva nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas: escola municipal Ary Borba Carneiro e Colégio Estadual Dr. Candido de Abreu, no Município de Cândido de Abreu, temos como objetivo analisar a concepção de escola inclusiva dos PPP. Portanto, tal pesquisa se delineia como uma pesquisa reflexiva de caráter qualitativo e ao mesmo tempo documental. Na pesquisa documental que visa a coleta de dados em documentos (MARCONI; LAKATOS, 2006), o qual trata-se do PPP das escolas, as informações coletadas foram direcionadas nos PPP na maneira em que tal documento apresenta as argumentações sobre a Educação Inclusiva. Já a pesquisa reflexiva, aponta para a importância de um processo reflexivo, baseado tanto na observação do fenômeno estudado, quanto na própria reflexão do pesquisador. Uma pesquisa reflexiva significa que o pesquisador deve constantemente analisar suas ações e suas regras no processo de pesquisa e sujeitá-las ao mesmo exame atencioso que o restante dos dados (GUILLEMIN; GILLAN, 2004).

A pesquisa contou ainda com um instrumento de coleta de dados, enviado por email para as diretoras e/ou docentes das escolas, no intuito de verificar a questão das tipologias de deficiências existentes nas escolas, bem como os critérios de acessibilidade em relação à infraestrutura das escolas.<sup>18</sup>

Portanto para este instrumento de pesquisa acima mencionado, foram utilizados as seguintes categorias de análise: a) tipologias das deficiências; b) acessibilidade e infraestrutura. Os dados deste instrumento foram tabulados para posteriormente, realizar a análise e discussão dos resultados, seguindo a abordagem qualitativa.

---

<sup>18</sup> Em anexo está disponibilizado o instrumento enviado por email aos diretores das escolas.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 Caracterização das escolas estudadas

No quadro a seguir, será apresentado o número de turmas e alunos matriculados em cada escola.

**Quadro 2: Número de turmas e alunos matriculados nas escolas: Ary Borba Carneiro e Dr. Cândido de Abreu.**

<b>Escola Estadual</b>	<b>Turmas</b>	<b>Matriculas 2019</b>
Colégio Estadual Ary Borba Carneiro	35	808
Colégio Estadual Dr. Cândido de Abreu	29	567
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>1.375</b>

Ao verificarmos o quadro 2, podemos perceber que dentre os 1802 de matrículas que perfaz o total de alunos matriculados nas escolas estaduais do município de Cândido de Abreu, as duas escolas escolhidas para este estudo contemplam 1.375 alunos, o que corresponde a 76,3% do total dos alunos matriculados. Esta amostra representa um número considerável de alunos pesquisados.

### 5.2 Características do tipo de deficiência dos alunos nas escolas Ary Borba Carneiro e Dr. Candido de Abreu, infraestrutura e recursos humanos.

No quadro 3 a seguir são apresentadas as informações de ambas as escolas referentes ao número de alunos com deficiência quanto a sua tipologia.

**Quadro 3: Tipologia das deficiências dos alunos das escolas Ary Borba Carneiro e Dr. Candido de Abreu<sup>19</sup>.**

	<b>Deficiência</b>	<b>Deficiência</b>	<b>Deficiência</b>	<b>Deficiência</b>	<b>Deficiência</b>	<b>Ano</b>
--	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	------------

<sup>19</sup> Os dados do Quadro 3 foram coletados por meio de mensagem enviada à direção e aos professores de ambas as escolas estudadas.

	<b>Visual</b>	<b>Auditiva</b>	<b>Intelectual</b>	<b>Física</b>	<b>Múltipla</b>	<b>letivo</b>
Ary Borba Carneiro	_____	Uma aluna	_____	Dois alunos	_____	2019
Dr. Cândido de Abreu	Um aluno	_____	_____	Um aluno	_____	2019
<b>Total de Alunos com Deficiências nas duas escolas</b>					<b>5</b>	

Em se tratando do Quadro 3, verifica-se que o total de alunos incluídos da Educação Especial por tipo de deficiências é infinitamente reduzido. Temos 5 (cinco) alunos para 1.375 matriculados. É possível perceber que a procura de pessoas com deficiência nestas duas escolas é baixa o que pode revelar a ineficácia das políticas de inclusão.

**Quadro 4: Recursos humanos e materiais para o atendimento de alunos com deficiência nas Ary Borba Carneiro e Dr. Cândido de Abreu.**

<b>Recursos Humanos e Materiais (Atendimento Deficiências)</b>	<b>Ary Borba Carneiro</b>	<b>Dr. Cândido de Abreu</b>
Sala de AEE/ Sala de Recursos Multifuncionais	X	X
Tradutor/intérprete de Libras	X	X
Ensino de Braille	_____	X
Pisos táteis	_____	_____
Sinalização sonora.	_____	_____
Sinalização tátil	_____	_____
Sinalização visual (piso/paredes).	_____	_____

De acordo com o Quadro 4, no que se refere ao atendimento de alunos (cinco) com deficiências, vê-se que ambas às escolas conta com Salas de AEE e Salas com Recursos Multifuncionais e também com Intérprete de Libras. O Ensino de Braille é ofertado na escola Dr. Cândido de Abreu e corresponde a necessidade de atendimento

do aluno com deficiência visual. Mas em relação à estrutura dessa escola ficam de fora os seguintes itens: pisos táteis, sinalização sonora e sinalização tátil. Como também a questão da sinalização visual (pisos/paredes) para atender os alunos com deficiência auditiva. Vê-se que ambas as escolas cumprem em parte às exigências legais para o atendimento aos alunos com deficiências.

**Quadro 5: Infraestrutura das escolas Ary Borba Carneiro e Dr. Candido de Abreu Dr. Candido de Abreu para receber alunos com mobilidade reduzida.**

<b>Infraestrutura</b>	<b>Ary Borba Carneiro</b>	<b>Dr. Cândido de Abreu</b>
Banheiro acessível, adequado ao uso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.	_____	X
Salas de aula com acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	X	X
Corrimão	X	X
Portas com vão livre de no mínimo 80 cm	X	X
Rampas	X	X

Segundo o Quadro 5, ao tratarmos das necessidades dos alunos com deficiência física, que corresponde 3 alunos dos 5 matriculados em ambas as escolas, de modo geral as escolas atendem os critérios de infraestrutura, a saber: salas de aula com acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, salas de aula com acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, corrimão, portas com vão livre de no mínimo 80 cm, e rampas. Apenas a escola Dr. Cândido de Abreu conta com banheiro acessível, adequado ao uso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Desta forma, verifica-se que quanto as necessidades dos alunos com deficiência física, ambas as escolas estão preparadas para recebe-los.

**Quadro 6: Alunos com Transtorno Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades (AH) das escolas Ary Borba Carneiro e Dr. Candido de Abreu.**

	<b>TEA</b>	<b>Altas Habilidades</b>	<b>Ano letivo</b>
Ary Borba Carneiro	Dois alunos	_____	2018
Dr. Cândido de Abreu	Um aluno	_____	2019

<b>Total de Alunos com TEA</b>	<b>3</b>
--------------------------------	----------

De acordo com o Quadro 6, verifica-se que 3 alunos que apresentam TEA, sendo 2 alunos da escola Ary Borba Carneiro e 1 da Escola Dr. Cândido de Abreu. Em relação aos alunos com Altas Habilidades não há registros nas duas escolas.

**Quadro 7: Levantamento de categorias de palavras sobre Educação Inclusiva nos PPP das escolas Ary Borba Carneiro e Dr. Candido de Abreu<sup>20</sup>.**

<b>Categorias de palavras</b>	Ary Borba Carneiro	Dr. Cândido de Abreu <sup>21</sup>
Educação Inclusiva	9	9
Inclusão (com referência a inclusão escolar)	8	47
Deficiência	13	19
Deficiência Visual	0	2
Deficiência Auditiva/Surdez	8	3
Deficiência Intelectual	1	1
Deficiência Física	1	3
Deficiência Múltipla	0	1 (Deficiências graves)
Transtornos Globais de Desenvolvimento	1	5
Transtorno Espectro Autista (TEA)	0	2
Altas Habilidades/Superdotação	0	2
Atendimento Educacional Especializado (AEE)/ Sala de Recursos Multifuncionais	13	5
Libras	5	22
Intérprete de Libras	1	1
Braille	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>123</b>

Ao examinarmos o Quadro 7 que trata do levantamento de palavras que evocam à questão da Educação Inclusiva nos PPC de ambas as escolas, temos um cenário geral de 60 (sessenta) palavras no PPC da escola Ary Borba Monteiro e 123 (cento e vinte três) na escola Dr. Cândido de Abreu. Fazendo uma leitura mais ampla e apenas olhando para estes dados, supõem-se que ambas as escolas apresentam em seus PPC a preocupação em apontar um projeto inclusivo de educação. No caso da escola Dr.

<sup>20</sup> Os PPC apresentados pelas duas escolas referem-se ao ano de 2017, sendo este o mais atual e que pode ser acessado pelos sites:

<http://www.cbyarycarneiro.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12>

e <http://www.cbycandidodeabreu.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=21>

<sup>21</sup> O Colégio Estadual Dr. Cândido de Abreu – Ensino Fundamental, Médio e Normal (EFMN) oferece o Curso de Formação de Professores e o currículo deste curso traz em suas disciplinas a Educação Especial, por isso o número de palavras como “Inclusão” aparece muitas vezes, contudo não revela sua preocupação com a Educação Inclusiva observando de maneira geral seu PPC.

Cândido de Abreu, como foi mencionado na nota de rodapé número 21, o total de palavras que mencionam aspectos da Educação Inclusiva quase dobram em relação a Escola Ary Borba Monteiro, mas estes dados não refletem um posicionamento maior do fenômeno estudado, pois como há o curso Normal de Magistério, dentro das ementas deste curso as palavras aparecem com maior frequência, dado as exigências normativas do MEC. Portanto, com estes dados quantitativos é possível ter apenas uma perspectiva da temática estudada.

Ao refinarmos o olhar sobre como a Educação Inclusiva aparece nos PPC de ambas as escolas, partimos para uma análise qualitativa.

Inicialmente abordaremos o PPC da escola Ary Borba Carneiro, lembrando que a referida escola encontra-se na zona urbana, mas atende 60% dos alunos da zona rural. A primeira menção quanto a Educação Inclusiva aparece na página 07 quando a escola apresenta sua missão.

Um dos maiores desafios da rede pública de ensino é atender as diferentes necessidades dos estudantes matriculados de forma responsável, uma vez que o paradigma de uma educação inclusiva vem alcançando um espaço significativo no cenário da educação mundial.

Ainda nesta mesma página temos:

Vale ressaltar que a escola ao longo dos anos estabeleceu entre a comunidade a identidade de “escola inclusiva”, muito antes de se falar em inclusão, diversidade e tratamento igualitário a todos.

Nestas duas citações vê-se que a referida escola aponta preocupações com a Educação Inclusiva de seus alunos.

Na página 26 consta um item específico do público alvo da Educação Especial, intitulado “2.3 Atendimento Educacional Especializado ao público-alvo da Educação Especial”. Neste item faz-se uma referência dos marcos legais das pessoas com deficiência, apontando a “Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência” da ONU de 2006, também a “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” do MEC de 2008 e cita as salas de AEE para o atendimento de alunos com deficiência.

É neste sentido que a instituição oferta atendimento educacional especializado contando com: atendimento aos deficientes auditivos denominado. Sala de Recursos RE.C.S.FI.D. INTEL. TRAN.F.E, Sala de Recurso Multifuncional Def. Intelectual, Def. Física Neuromotora, TGD, TEE e Sala de Recurso Multifuncional Surdez, que atendem a estudantes diagnosticados com distúrbio de aprendizagem e atendimento específico na área da deficiência apresentada.

Da página 32 a 36, vemos no item “2.9.3 Programas de Ampliação de Jornada” a menção das “Salas de Apoio à Aprendizagem e Sala de Recursos Multifuncional”. No item “2.9.3.3 Sala de Recursos Multifuncional” há uma longa explanação do tipo de atendimento realizado. Assim temos:

A Sala de Recursos é uma alternativa de atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais (NEE) que frequentam a classe regular e recebem atendimento complementar com o objetivo de proporcionar um trabalho que favoreça a adoção de novas ou diferentes metodologias, voltadas para a aprendizagem de habilidades, valores e conceitos que promovam o rendimento escolar e o desenvolvimento pessoal de forma integrada, num enfoque interdisciplinar em que interpretar, calcular, localizar-se no tempo e no espaço e produzir pensamento serão ações cotidianas. Para efeito de atendimento educacional na Sala de Recursos, serão amparo legal considerados estudantes com necessidades educacionais especiais os educandos com desempenho intelectual significativamente abaixo da média que se manifesta durante o período de desenvolvimento e se caracteriza pela inadequação no comportamento adaptativo (aprendizagem e socialização), necessitando de métodos e recursos didáticos especiais para sua educação, para diagnosticar essa necessidade é realizada uma avaliação psicológica. O encaminhamento dos estudantes para atendimento na Sala de Recursos decorre de parecer pedagógico realizado pelo professor da classe comum com acompanhamento da equipe pedagógica e, quando necessário da equipe interdisciplinar. Após sondagem pedagógica o estudante será encaminhado a avaliação psicológica. O atendimento poderá ser individualizado ou em pequenos grupos, dependendo do nível de desempenho, necessidade e relacionamento de cada educando, com carga horária de duas horas aula, duas vezes por semana, o cronograma é elaborado conforme as necessidades e condições de cada estudante, podendo receber este atendimento durante o tempo que se fizer necessário, com avaliações periódicas, relatórios semestrais e acompanhamento da equipe pedagógica da escola. Os conteúdos serão trabalhados de acordo com o ano e as necessidades específicas do educando com NEE na área de deficiência intelectual, desenvolvendo habilidades nas áreas psicomotoras, afetiva, tecnologia da informação, artes e cognitiva.

E continua página 36 e 37 um item específico para o atendimento de alunos com deficiência auditiva, a saber, “2.9.3.4 Sala de Recurso Multifuncional – Surdez”.

A Sala de Recursos Multifuncionais – Surdez, é um Atendimento Educacional Especializado (AEE), de natureza pedagógica, que complementa a escolarização curricular dos estudantes surdos. Assegurar aos estudantes surdos matriculados nas instituições da rede pública estadual de ensino, o Atendimento Educacional Especializado, em contraturno, em complementação à escolarização, possibilitando aos estudantes surdos o acesso ao currículo, como uma construção e reconstrução de experiências e vivências conceituais, no ensino da Libras como primeira língua, e da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua, sendo a prática pedagógica do Atendimento Educacional Especializado parte dos contextos de aprendizagem explícitos no Projeto Político-Pedagógico e em parceria com os professores das disciplinas curriculares. Nas instituições de ensino da rede pública estadual, o atendimento ocorrerá em turno contrário ao da escolarização, na própria instituição de ensino ou na instituição mais próxima da residência do estudante e será realizado por profissionais especializados e bilíngues – Libras/Língua Portuguesa. Os

estudantes surdos serão atendidos por meio da educação bilíngue – Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua. Estudante surdo que, em função de sua perda auditiva bilateral acima de 41 decibéis (dB), compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura, principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras (Decreto nº 5626/05, § 2º). Na Sala de Recursos Multifuncionais – Surdez, serão atendidos os estudantes surdos matriculados na instituição onde ela está autorizada como, também poderão ser atendidos estudantes surdos de outras instituições públicas da região, desde que haja vaga. Em cada Sala de Recursos Multifuncionais – Surdez poderão ser atendidos, no máximo, 10 (dez) estudantes surdos por período.

Cada Sala de Recursos Multifuncionais – Surdez, após autorizada pela Secretaria de Estado da Educação, funcionará por um período de 20 horas semanais, respeitando a hora-atividade do professor, de acordo com a legislação vigente.

Mais à frente na página 48, consta o seguinte item “3.5 Tempo e Espaço Pedagógico, Educação Inclusiva, Diversidade” e diz que “Ao conviver diariamente com uma diversidade de pessoas, pensamentos, atitudes, níveis de conhecimento, a instituição necessita valorizar essa individualidade que se respalda em uma diversidade que deve ser respeitada”. Neste sentido, faz referência ao trabalho do professor.

Para que isto ocorra, será necessária a revisão na metodologia, na organização dos grupos de trabalho em sala e fora da sala, nas questões voltadas ao tempo e ao espaço, assim como a revisão nos critérios de avaliação. Significa para o docente admitir que necessita conhecer mais como ocorre a aprendizagem, perceber que deve se conhecer enquanto pessoa que também aprende e que seu modo de aprender tem um elo de ligação com sua forma de ensinar.

E acrescenta:

Para a organização escolar tratar da diversidade será necessário repensar conjuntamente o projeto pedagógico, a organização do tempo e do espaço, buscando ter clareza de quanto e como o tempo é ocupado com atividades significativas para o desenvolvimento dos conteúdos e, quais espaços são utilizados e com qual intencionalidade.

Já na página 60, no item “4.2 Ações Didático Pedagógicas”, especificamente no item “4.2.1 Sala de Recursos Multifuncional (SRM)”, temos:

A SRM na Educação Básica é um Atendimento Educacional Especializado, de natureza pedagógica que complementa a escolarização de estudantes que apresentam deficiência Intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados na Rede Pública de Ensino.

O trabalho pedagógico da SRM deve ser articulado com a proposta pedagógica da escola e realizado por meio de cronograma, em grupo e/ou individual, conforme as especificidades e necessidades de aprendizagem do estudante, no período contrário da matrícula no ensino comum.

Todos os estudantes matriculados na SALA R.MULTIFUNCIONAIS-

S.FI.EM” - Código 6417, obrigatoriamente deverão estar matriculados no ensino comum da rede pública de ensino.

b) O correto registro do diagnóstico da deficiência conforme avaliação psicoeducacional é uma condição básica para matrícula na SALA R.MULTIFUNCIONAIS-S.FI.EM” - Código 6417.

c) O estudante deverá permanecer matriculado na SALA R.MULTIFUNCIONAIS-S.FI.EM” - Código 6417, o tempo necessário para superação de suas dificuldades.

d) A matrícula do estudante deverá ser registrada no cronograma correspondente ao atendimento do estudante.

E por fim na página 68, sobre a Flexibilização Curricular, item “4.3.2 Flexibilização Curricular na Educação Especial”, tem-se:

Nossa instituição busca atender as necessidades básicas dos estudantes fazendo as seguintes adaptações:

- Subsídios para a compreensão da Educação Inclusiva, para dar início a essa nova caminhada que começamos a trilhar.
- Conceituação flexibilização/ adaptação/ adequação curricular, entendendo-a como um caminho para a Inclusão Escolar.
- Flexibilizações/ Adaptações/ Adequações Curriculares necessárias e possíveis
- Considerações sobre Adaptações Curriculares de Grande Porte e de Pequeno Porte
- Organizar flexibilizações/adequações curriculares, no cotidiano escolar.

Após a apresentação qualitativa do PPC da escola Ary Borba Carneiro em relação a Educação Inclusiva, vamos nesta mesma direção demonstrar a temática estudada na escola Dr. Cândido de Abreu.

A princípio a palavra “inclusão” aparece no PPC da referida escola na página 14, item “1.3.1 Objetivos gerais da Instituição de Ensino, segundo os princípios da educação fixados pela LDB nº 9394/96” que diz “Promover a inclusão social quanto às condições físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas dos sujeitos, respeitando-se sempre a diversidade”.

No item “2.3 Atendimento educacional especializado ao público-alvo da educação especial” páginas 39 a 41, podemos destacar alguns trechos fundamentais para pensar o currículo inclusivo na perspectiva da Educação Especial.

Pensar um currículo inclusivo implica desenvolver competências necessárias ao processo de ensino aprendizagem respeitando as necessidades do estudante seu desempenho e desenvolvimento mediante sua capacidade.

As políticas de inclusão geram debates por vezes polêmicos e levantam questionamentos quanto a sua essência. Elas vêm estimulando as redes de ensino a criarem dispositivos para a escolarização dos estudantes com necessidades educacionais especiais. No Estado do Paraná fica claro que essa “escolarização” vem se dando nas escolas de ensino regular e nas instituições especializadas. Corroborando com essa situação, Caiado e Laplane (2009) indicam a existência de uma contradição em relação à política de inclusão escolar, com o fortalecimento de instituições especializadas e das funções

que estas têm desempenhado, ou seja, “[...] uma trama complexa entre o público e o privado”.

Assim, há o desafio no estado de se fazer garantir a educação como um direito de todos cuja situação não pode ser negada. Nesse âmbito, pensar a educação especial significa ofertar serviços e recursos que promovam a aprendizagem com qualidade ao estudante com necessidades educacionais especiais, é muito importante a participação também com as famílias destes estudantes buscando assim maior interação entre família e instituição buscando sempre um atendimento mais eficaz.

A pessoa com deficiência deve ser vista pelo seu potencial, suas habilidades, inteligências e aptidões. (pág. 41)

Como já foi mencionado anteriormente, a escola estudada oferece o “Curso de Formação de Docentes para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade Normal Integrado”, isto implica dizer que em sua grade curricular, atendendo as normativas legais para a Educação Inclusiva, temos um conjunto de conteúdos destinados à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. O item “5.0.5.12 Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de Docentes da disciplina de Concepções Norteadoras da Educação Especial”, apresenta os conteúdos que veremos a seguir no Quadro 8.

**Quadro 8: Conteúdos estruturantes e básicos no PCC da Educação Inclusiva na perspectiva da Educação Especial no Curso de Formação de Docentes, por ano escolar no Ensino Médio: Escola Dr. Cândido de Abreu.**

Ano	Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos
2º (páginas 266 a 268)	1. Concepção de Deficiência 2. Concepção de Educação especial 3. Área da Educação Especial 4. Fundamentos Históricos e Sociopolíticos da Educação Especial 5. Legislação 6. Currículo na Educação Especial	1.1 Diferentes conceitos sobre deficiências, distúrbios, transtornos e síndromes 1.2 Prevenção 2.1 Educação Especial como modalidade do Ensino Fundamental. 3.1 Áreas Específicas das deficiências: Deficiências intelectuais, física, neuromotora, visual, surdez, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, altas habilidades e super dotação 4.1 Percursos históricos da pessoa com deficiência: A exclusão das pessoas com deficiência na história. 4.2 História da educação especial: a Educação Especial no contexto paranaense 5.1 A educação Especial na Perspectiva da Inclusão escolar. 5.2 Marcos Políticos e Legais da Educação Especial: -Constituição federal -LDB 9394/96

		<p>-ECA          -Declaração de Salamanca          5.3 Documentos Legais específicos de cada uma das modalidades da Educação Especial: Deliberação 02/03 CEE e outros documentos afins.          5.4 Acessibilidade e as barreiras arquitetônicas no espaço físico escolar.          6.1 Flexibilização e adaptação Curricular.          6.2 Avaliação no contexto da Educação Especial.          6.3 Formas de serviços de apoio especializado.          6.4 Elaboração de material didático.</p>
<p><b>4º ano</b>  <b>(páginas 264 e 265)</b></p>	<p>1. Legislações específicas para o ensino da LIBRAS          2. Fundamentos Históricos da Educação de Surdos          3. Os movimentos surdos e a resistência ao ouvintismo          4. Surdez e Linguagens          5. Educação bilíngue para surdos          6. A acessibilidade e o aprendizado em Libras</p>	<p>1.1. Lei no 10.436/02; Decreto N° 5.626/05, que regulamenta a Lei no 10.436/02          2.1 A contextualização histórica da educação dos surdos          2.2 A iniciação formal da educação dos surdos          2.3 O oralismo e a medicalização da surdez          3.1 A organização política do movimento Surdo          3.2 Movimentos sociais e políticas públicas da educação de Surdos no Brasil          4.1 Aspectos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais          4.2 A família desenvolvimento linguagem          5.1 Bilinguismo nos processos de ensino e aprendizagem do estudante Surdo          5.2 A LIBRAS e sua importância no contexto do aluno Surdo (identidade e cultura)          6.1 Inclusão social e educação de surdos (Lei nº10.098/00, art. 2º, inciso I)          6.2 Práticas de leitura em LIBRAS          6.3 A escrita do aluno surdo          6.4 Introdução a LIBRAS: Características da língua, seu uso e variações regionais          -O alfabeto em LIBRAS          -Noções básicas de LIBRAS: configurações de mão, movimento, orientação da mão, expressões não manuais, números          -Expressões socioculturais positivas: cumprimentos, agradecimentos, desculpas          -Expressões socioculturais negativas: desagrado, verbos e pronomes, noções de tempo e horas          -Prática introdutória em LIBRAS: Diálogo e conversação com frases</p>

Nas páginas 82 e 83, há uma demanda que a escola solicita junto ao NRE, no que se refere à infraestrutura para o atendimento aos alunos em geral e também em relação aos alunos com necessidades especiais.

O que vemos na Instituição são: infraestrutura ainda deficiente (equipamentos, espaço físico e recursos humanos), salas com muitos estudantes e sobrecarga de responsabilidades (caráter assistencialista); necessitamos de salas com menor número de estudantes, escola com estrutura física e pessoal capacitado para atender estudantes com necessidades educacionais especiais, maior número de professores, equipe pedagógica, profissionais administrativos e operacionais, melhor estudo sobre ampliar o porte das instituições de ensino, atendimento às especificidades de cada Núcleo Regional de Educação, distribuindo melhor recursos materiais e humanos.

Já na página 91, ao abordar a dimensão pedagógica, o PPC traz a alusão quanto a necessidade de observância para a Inclusão Escolar.

Na dimensão pedagógica, deve incentivar e promover ações para o exercício da cidadania. Sendo assim, a instituição deve ser a principal ferramenta de inclusão; segundo Mantoan (apud MITTLER, 2003, XI), "o que se espera da instituição escolar é que seus planos sejam definidos por uma cidadania global, livre de preconceitos, a qual se dispõe a reconhecer e a valorizar, a incompletude, a singularidade dos seres, ideias essenciais para se entender a inclusão".

A Instituição de Ensino deve, então, propor ações e fazer valer os direitos de todos os estudantes para que sejam tratados sem discriminação, inclusive cumprindo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 3º, inciso IV, que assegura "a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

No mesmo sentido, a Declaração de Salamanca reafirma que: todas as instituições escolares devem acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem incluir todas as crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados. As instituições têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências grave (UNESCO, 1994, p. 19).

Em relação as Ações referentes à flexibilização curricular, na página 106, afirma que:

A Instituição de Ensino deve respeitar a lei da acessibilidade para os que possuem deficiência ou mobilidade reduzida, possuir tecnologia assistiva para oferecer um trabalho pedagógico de acordo com as necessidades educacionais especiais dos estudantes que dela precisem.

E acrescenta na página 117 e 118:

A flexibilização e adaptação de acesso ao currículo para estudantes portadores de necessidades educacionais especiais referem se às previsões e provisões de recursos técnicos e materiais, bem como à remoção de barreiras arquitetônicas que impedem ou dificultam a alguns estudantes o acesso às experiências de aprendizagem.

A Instituição de Ensino promove o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais realizando as flexibilizações curriculares, que se fizerem necessárias, priorizando: as organizativas: mobiliário adequado e disposição em sala de aula, organização didático pedagógica da aula, matérias didáticos específicos e tempos flexíveis quanto ao período programado para a realização das atividades propostas; conteúdos e objetivos: trabalhar conteúdos básicos e essenciais utilizando apoio complementar ao ensino aprendizagem, se necessário; avaliativas: seleção de instrumentos, critérios e técnicas diversificadas para avaliar.

E acrescenta que:

Os estudantes com necessidades educacionais especiais requerem, além desses meios, alguns outros, a eles complementares, como é o caso de:

a) Meios pessoais de acesso para estudantes que, em função de suas necessidades específicas, necessitam de: determinados tipos de atendimento pedagógico especializado, professores capacitados para o uso da língua de sinais – LIBRAS, orientação à família, tratamentos de reabilitação personalizados (psicomotricidade, ludoterapia, fonoaudiologia, entre outros...), dentre outros procedimentos individualizados. Nem todos eles são passivos de serem oferecidos pela própria Instituição, o que exige da família um esforço adicional de procurar tais recursos específicos em horários distintos do atendimento educacional escolar.

Segundo a natureza da necessidade educacional especial do estudante, tais recursos são necessários e indispensáveis para lhes permitirem o acesso à aprendizagem.

b) Recursos materiais e natureza prática, tais como: lupas, regletes, punção, sorobã, atividades ampliadas, recursos instrucionais em relevo, Braille para estudantes cegos ou com visão reduzida, próteses auditivas, material ilustrado de comunicação impressa, para estudantes surdos, entre outros.

Todos esses recursos materiais e humanos são utilizados para facilitar o acesso às experiências de aprendizagem. É preciso enfatizar que eles não têm efeito compensatório e nem substituem os meios usuais de acesso ao currículo. São complementares, devendo ser previstos e providos, por seu valor pedagógico e segundo as características específicas dos estudantes.

c) Recursos ambientais como a eliminação de barreiras arquitetônicas ou atitudinais que limitam as experiências de aprendizagem dos estudantes que apresentam necessidades dos estudantes que têm dificuldade motora, são elas adaptações das instalações físicas: largura das portas, colocação de barras de sustentação em sanitários, sinalização no chão, mobiliário especial ou adaptado (carteiras escolares que possam ser usadas por estudantes que usam cadeiras de rodas de modo que se sintam confortáveis), dentre outros.

Após apresentarmos a análise qualitativa de ambas as escolas sobre a Educação Inclusiva em seus PCC, partimos para algumas observações. A escola inclusiva, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial, conceitua-se como uma nova escola que valoriza a diversidade em detrimento da homogeneidade. Para tanto deve se valer do seu projeto político-pedagógico como condição primordial para conduzir as ações educativas na escola.

Percebemos que embora os PPC das duas escolas atendem aos princípios da educação especial e inclusiva no que diz respeito a previsão e a consecução de um atendimento especializado e inclusivo aos alunos com necessidades especiais de

aprendizagem, parece-nos que elas cumprem a questão da formalidade e legalidade da temática de modo que às práticas vivenciadas em seu interior merece um maior aprofundamento. Isso é constatado ao pensar que nas duas escolas há apenas 5 (cinco) alunos incluídos. Acreditamos que não seja por falta de conhecimentos das políticas públicas em vigor, mas por falta de um despertar consciente por parte da sociedade e da comunidade escolar sobre a importância do tema para a formação cidadã. Lembrando que o Estado do Paraná foi muito resistente ao paradigma da Educação Inclusiva na perspectiva da Educação Especial. Sabemos que as políticas de inclusão geram debates por vezes polêmicos e levantam questionamentos quanto a sua essência. No Estado do Paraná fica claro que essa “escolarização” vem se dando nas escolas de ensino regular e nas instituições especializadas. Corroborando com essa situação, Caiado e Laplane (2009) indicam a existência de uma contradição em relação à política de inclusão escolar, com o fortalecimento de instituições especializadas e das funções que estas têm desempenhado, ou seja, “[...] uma trama complexa entre o público e o privado”. Assim, há o desafio no estado de se fazer garantir a educação como um direito de todos cuja situação não pode ser negada.

Podemos considerar, que a necessidade de um ensino inclusivo de qualidade tem a sua legalidade garantida, mas ainda não tornou-se prioridade nas ações educativas. Tomamos como exemplo a formação de professores e outros profissionais para a educação inclusiva que continua sendo proposta superficial, o que impede a transformação da escola na abertura incondicional à heterogeneidade, consequentemente um ensino de qualidade (MANTOAN, 2003).

Enfim, nesse âmbito, pensar a educação especial significa ofertar serviços e recursos que promovam a aprendizagem com qualidade ao estudante com necessidades educacionais especiais e que as práticas educativas possam traduzir as intenções propostas nos PPC.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou o PPP de duas escolas públicas brasileira, o Colégio Estadual Ary Borba Carneiro - Ensino Fundamental e Profissional (EFP) e o Colégio Estadual Dr. Cândido de Abreu – Ensino Fundamental, Médio e Normal (EFMN) – no Município de Cândido de Abreu no Estado do Paraná. Além dos PPC foi utilizado como instrumento de pesquisa, informações oriundas da direção e de professores de ambas as instituições sobre os alunos incluídos em 2019. Foi observado nos PCC as propostas de afirmação das ações da educação especial e inclusiva abordada no referido documento.

O colégio Dr Candido de Abreu possui 567 alunos matriculados, e com base nas pesquisas realizadas o colégio apresenta um aluno com deficiência física, uma aluna com deficiência visual e um aluno autista. Em termos da estrutura da escola, o colégio conta com sala de AEE, tradutor de libras e ensino de braile, em sua infraestrutura temos, banheiros acessíveis para o uso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, salas de aula com acessibilidade para pessoas com deficiência como corrimão e portas com vão de 80cm e rampas.

A escola Ary Borba Carneiro possui 808 alunos matriculados, destes, dois são alunos com deficiência física, uma aluna com deficiência visual, e dois alunos autistas, a escola possui uma sala de AEE e uma professora tradutora de libras, em sua infraestrutura a escola dispõe de salas com acessibilidade para pessoas com deficiência, corrimão e rampas.

O Ministério da Educação – MEC, com base dos marcos legais políticos e pedagógicos da educação inclusiva, atua para assegurar o direito de todos à educação regular. Em 2008, estabelece a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, documento orientador para estados e municípios organizarem suas ações no sentido de transformarem seus sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. É neste sentido que as instituições ofertam atendimento educacional especializado contando com o atendimento aos deficientes auditivos nas Salas de Recursos Multifuncionais, Salas de Recursos Multifuncionais para Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais de Desenvolvimento e Transtorno Espectro Autista que atendem aos alunos diagnosticados com distúrbio de aprendizagem e atendimento específico na área da deficiência apresentada.

A concepção de educação especial e inclusiva adotada no documento em análise alia-se ao paradigma fundamentado nos direitos humanos, que conjuga igualdade e

diferença como valores indissociáveis, e que, nesse sentido, avança em relação à ideia de equidade do ponto de vista legal. O que ainda traz inquietações é que quanto às ações educativas inclusivas parece-nos haver uma contradição, pois somente 5 (cinco) alunos estão incluídos nestas duas escolas.

Desta forma, observamos que para isso não basta que somente as escolas assumam uma postura inclusiva em seus PPC, mas que haja uma prática social, que aliada ao trabalho educativo poderá produzir um espaço inclusivo. Nesse sentido acreditamos que para se chegar a uma inclusão que vislumbramos necessitamos de rupturas preconceituosas ao “diferente” e que a comunidade escolar promova projetos de conscientização para o público alvo destas escolas.

Portanto, torna-se necessário, sobretudo, acreditar, investir tempo e recursos para que a educação inclusiva deixe de ser apenas uma formalidade, um aspecto garantido na legislação, para ser uma realidade nas escolas regulares brasileiras.

## 7 REFERÊNCIAS

ANAIS DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2006. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Deficientes/texto\\_base\\_1\\_conferencia\\_direitos\\_pessoa\\_com\\_deficiencia.doc](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Deficientes/texto_base_1_conferencia_direitos_pessoa_com_deficiencia.doc). Acessado em 19 de janeiro de 2020.

BARRETTA, Emanuele Moura Barretta, CANAN, Silvia Regina Canan: **Políticas públicas de educação inclusiva: avanços e recuos**. In: questões e dilemas, 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/173/181>. Acesso em 18 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 15 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, jan. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB n° 13/2009, aprovado em 03/06/2009. Disponível em: <http://lce.mec.gov.br>. Acesso em 29 de junho 2019.

\_\_\_\_\_. Dia a Dia Educação. Parceria com mantenedoras de escolas de educação especial será permanente, 9 de mar. de 2010. Disponível <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em 12 de março de 2020.

FERNADES, Sueli Fernandes, **Fundamentos Para Educação Especial** In:file:///C:/Users/Usurio/Desktop/livros/FUNDAMENTOS\_PARA\_EDUCACAO\_ESPECIAL\_-\_IBPEX\_DIGITAL.pdf. 2013. Acesso em 03 de maio de 2019.

GUILLEMIN, Marilyns; GILLAN, Lyn. Ethics, Reflexivity and "Ethically Important Moments" in **Research. Qualitative Inquiry**. v. 10. n. 2, 2004.

GADOTTI, Moacir. Educar para um outro mundo possível. Publisher Brasil, 2006.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica 2019. [online]. Brasília: Inep, 2020. [citado em 24 de maio de 2020]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>

LDB BRASIL. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér Mantoan; **inclusão escolar o que é? Por quê? E como fazer?** In: editora moderna cotidiano escola, 1º edição, 2003. Disponível em <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>. Acesso em 21 de junho de 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MENDEL, C. R. M. Projeto Político Pedagógico – Construção e Implementação na Escola. Coleção Educação Contemporânea. Editora Autores Associados, 2008.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. 76 p.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. Projeto de Lei nº 126/10 de 16 de março de 2010.

\_\_\_\_\_. Conselho Estadual de Educação. Comissão Especial Temporária do CEE/PR. Deliberação Nº 02/2016. Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba: CEE, 2016.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Col. Educação contemporânea).

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

VASCONCELLOS, C. S. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

VITALINO, Célia Regina Vitalino; **Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais** In: revista brasileira de educação especial, Rev. bras. educ. espec. vol.13 no.3 Marília Sept./Dec. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382007000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382007000300007). Acesso em 22 de junho de 2018.